

FINANCIAMIENTO PÚBLICO E INDÚSTRIA AGROQUÍMICA NO BRASIL NO PERÍODO DE 2000 A 2016.

MARIA WANDA DE ALENCAR MARIA y VALDIR
FRIGO DENARDIN VALDIR.

Cita:

MARIA WANDA DE ALENCAR MARIA y VALDIR FRIGO DENARDIN VALDIR (2017). *FINANCIAMIENTO PÚBLICO E INDÚSTRIA AGROQUÍMICA NO BRASIL NO PERÍODO DE 2000 A 2016. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-018/983>

FINANCIAMENTO PÚBLICO E INDÚSTRIA DE AGROTÓXICOS NO BRASIL - NO PERÍODO DE 2000 A 2016.

Maria Wanda de Alencar¹

Valdir Frigo Denardin²

Valter Roberto Schaffrath³

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo discorrer sobre o financiamento público realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para as empresas de agrotóxicos no Brasil, no período de 2000 a 2016. Este período fortemente evidenciado pela financeirização da agricultura, fase em que se inicia a implementação da política de gerar saldos de comércio exterior. Estratégia esta que visa suprir o déficit da conta corrente das contas do governo, e, então os setores primário-exportadores são escalados para impulsionar o saldo da balança comercial. Neste instante, o agronegócio se apresenta com capacidade para responder a esta demanda, por meio da produção de *commodities*, repercutindo em um modelo de agricultura altamente dependente de insumos químicos, financiamentos públicos e atrelamento a um *modus operandi* de gestão pública. Esta estratégia é claramente favorável aos grandes grupos dominantes do agronegócio brasileiro. A metodologia utilizada caracteriza-se como exploratória, valendo-se de pesquisa bibliográfica e consulta às bases de dados secundárias.

Palavras-Chave: BNDES, agrotóxicos e financeirização da agricultura.

ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss the public financing carried out by the Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) for agrochemical companies in Brazil from 2000 to 2016. This period is strongly evidenced by the financialisation of agriculture, at which stage the implementation of the policy of generating foreign trade balances. This strategy aims to fill the current account deficit of government, and then the primary export sectors are scaled up to boost the trade balance. At this moment, agribusiness presents itself with capacity to respond to this

¹Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE/UFPR) Brasil. Email - maria.alencar@ufpr.br

² Professor Doutor. Atua nos Programas de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE/UFPR) e Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS/UFPR).

³ Professor Doutor do quadro do Instituto Federal do Paraná (IFPR – Campus Curitiba) e professor do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE/UFPR).

demand, through the production of commodities, resulting in a model of agriculture highly dependent on chemical inputs, public financing and linked to a modus operandi of public management. This strategy clearly favors the large dominant groups of Brazilian agribusiness. The methodology used is characterized as exploratory, using bibliographical research and consulting secondary databases.

Key words: BNDES, agrochemicals and financialization of agriculture.

Introdução

O financiamento público tem sido motivo de muita controvérsia e disputas pelos diversos seguimentos da sociedade, que permeando o sistema em que vivemos, desempenha uma função tão vital, tal qual a água no organismo dos seres vivos, possibilitando irrigar todo o sistema a fim de cumprir a missão de fomentar a produção, comercialização e serviços, de maneira que os setores envolvidos possam atender ao mercado ao qual estão inseridos.

Os agrotóxicos foram intensamente disseminados a partir da revolução verde e seus usos estão associados a um modelo de produção baseado na monocultura, representando um grande mercado para a indústria mundial de agroquímicos. Em 2012, por exemplo, o mercado mundial de agrotóxicos faturou cerca de 47,4 bilhões de dólares e o mercado brasileiro representou cerca de 20% desse valor, o equivalente a aproximadamente 9,7 bilhões de dólares. A partir de 2008 o Brasil tem se apresentado como campeão mundial no consumo de agrotóxicos, com consequências drásticas para a saúde humana e animal, o meio ambiente e os agrossistemas como um todo (Carneiro, Rigotto, Augusto, Friedrich & Burigo, 2015).

O BNDES é uma empresa pública federal, cujo principal objetivo é o financiamento de longo prazo à realização de investimentos em todos os segmentos da economia, de âmbito social, econômicos e ambiental. No período abordado temos os seguintes dados, em 2000 foram destinados ao agronegócio, por meio do Plano Safra, R\$ 11,3 bilhões, deste total o BNDES concedeu R\$ 1,9 bilhão, ou seja, 16,8% dos financiamentos para o setor. Em 2016, destinou R\$ 185 bilhões e a participação do BNDES foi de R\$ 13,9 bilhões, diminuindo o percentual do BNDES para 7,5%. No

entanto, isto não representa uma diminuição no investimento para o setor agropecuário, mas de um momento de enfraquecimento de instituições públicas como o BNDES, por meio de mecanismos para desconstrução dos serviços públicos pelo atual governo brasileiro.

O mercado mundial de *commodities* neste período fora impulsionado pelo crescimento de economias emergentes, por exemplo, a chinesa. Ciclo em que a conjuntura internacional oferecia abundância de capital e as economias primário-exportadoras, como a brasileira, adotaram uma política de comércio exterior geradora de saldos na balança comercial (Delgado, 2010). Neste contexto, o BNDES é acionado para injetar recurso no setor agropecuário, incluindo-se aí a indústria de agroquímicos, que reforça o modelo tecnológico de alto rendimento produtivo com uso intensivo de insumos químicos, entre eles os agrotóxicos. Esta estratégia é compatível com a expansão da demanda por *commodities* na economia mundial e “financeirização” da agricultura em nível de Brasil.

Neste quadro, a evidência de instituições públicas, como o BNDES, possibilitou o impulsionamento necessário a expansão das *commodities*, entrelaçando de forma cada vez mais forte, os interesses do Estado e da iniciativa privada ligada ao setor, não necessariamente nacional, articulando o latifúndio, a indústria química, a indústria metalúrgica e de biotecnologia, o capital financeiro e o mercado. Neste período, grandes volumes de recursos foram destinados à formação dos “campeões nacionais”, de modo a competirem mercados no mundo (Welch & Fernandes, 2008).

O presente artigo tem por objetivo discutir os financiamentos públicos do BNDES destinados para as empresas de agrotóxicos, o que tem privilegiado o modo de produção exportadora de *commodities*, no Brasil. Analisados sob a ótica da financeirização da agricultura. Sendo ele apresentado em forma de tópicos. Ressalta-se que este trabalho é parte da pesquisa de Mestrado da primeira autora e está em andamento.

DESENVOLVIMENTO

No Brasil, o incremento dos agrotóxicos aconteceu durante o período que ficou conhecido como modernização da agricultura. O período de desenvolvimento de instalação das indústrias de agrotóxicos aconteceu no período de 1945 a 1985, contudo a Bayer já estava instalada no País desde 1896. Na década de quarenta do século XX, outras indústrias, como Rhodia, foram se estabelecendo no território nacional, contudo a explosão da indústria brasileira de agrotóxicos adveio nos anos 1970, quando da criação do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas, lançado em 1975. Este Programa incentivava e exigia o uso de agrotóxicos, oferecendo investimentos para financiar estes “insumos” e também ampliar a indústria de síntese e formulação no país, passando de 14 fábricas em 1974 para 73 em 1985. Neste período, a indústria de agrotóxicos estruturou-se formada pelas principais empresas fabricantes do produto no mundo. O Brasil funda uma organização de mercado dos agrotóxicos caracterizada pelo elevado grau de concentração, de formato oligopolista típico, concernente com as características da indústria no mercado mundial (Terra & Pelaez, 2008).

A expansão da indústria do agrotóxico no Brasil está intimamente ligada à modernização da agricultura nacional, para Balsan (2006), com a implementação da revolução verde ou agricultura “moderna” e estímulo para a constituição do complexo agroindustrial, alterando a base técnica dos meios de produção, reformulou-se o modo de produção agrícola e essa reestruturação refletiu sobre os diversos meios: social, ambiental, cultural e econômico, alterando assim a dinâmica interna da agricultura no país.

Modernização conservadora e revolução verde

Necessário se faz algumas informações sobre este período para melhor compreensão do intensivo uso de agrotóxicos. O termo modernização conservadora foi primeiramente utilizado por Moore (1967), para analisar as revoluções burguesas que aconteceram na Alemanha e no Japão na passagem das economias pré-industriais para as economias capitalistas e industriais. Para ele, as revoluções burguesas na Alemanha e no Japão não seguiram a versão clássica, como no caso da Inglaterra, da França e dos

Estados Unidos, nestes países as revoluções burguesas se manifestaram com alterações violentas que determinaram uma ruptura com a estrutura política e econômica do antigo regime, retirando, assim, os proprietários rurais do centro do poder político, porque esses eram os principais responsáveis pelas decisões políticas no período da sociedade pré-industrial. Contudo na Alemanha e Japão, as revoluções burguesas foram parciais, vez que não destruíram efetivamente as estruturas sociais, políticas e econômicas do antigo regime. A aliança política no interior do Estado nacional alemão e japonês fortaleceu as relações entre os proprietários de terra e a burguesia, excluindo os direitos democráticos aos proletários e camponeses, como ocorrera na Inglaterra, França e EUA.

Deste modo, a modernização conservadora apresentou como característica o fato de a burguesia nascida da revolução capitalista não ter forças suficientes para romper com a classe dos proprietários rurais, resultando em um arranjo político entre a classe dos poderosos locais e a burguesia. Este pacto se deu com o objetivo de manter um projeto conjunto de construção de uma sociedade capitalista, contudo arraigada em uma estrutura de dominação, cujo centro de decisão política do Estado, os interesses da classe dos proprietários rurais se mantivessem entranhados (Pires & Ramos, 2009).

Segundo Rangel (2005), esta via denominada, prussiana, foi marcada pela transformação capitalista da grande propriedade rural sem que houvesse uma fragmentação da estrutura fundiária. E assim, grande parte dos camponeses que não conseguiram adotar um padrão tipicamente capitalista com o uso de tecnologias e de técnicas modernas, foram desapropriados e lançados para fora de sua unidade de exploração agrícola, não mais como proprietários de suas terras, mas como proprietários da força de trabalho, constituindo assim, relações de trabalho tipicamente capitalistas. No caso norte-americano, a transformação capitalista determinou uma fragmentação da estrutura fundiária, em que as propriedades rurais nascidas deste padrão capitalista estavam concebidas em pequenas unidades de exploração agrícola que mantiveram relações de trabalho predominantemente familiares. Desta forma, o avanço do capitalismo no campo aconteceu sobre uma agricultura capitalista de base familiar.

No Brasil, há que se fazer mediação entre o termo empregado, uma vez que a nossa formação econômica e social é diferente daquela encontrada nos países da Europa ocidental, Japão e Alemanha. No nosso caso o progresso técnico penetrou a estrutura

econômica de forma diferenciada, constituindo uma sociedade marcada pela existência, no mesmo espaço e tempo, de uma economia moderna e uma economia arcaica. O subdesenvolvimento não consiste em uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas, mas um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas (Furtado, 1972).

Para Azevêdo (1982), a relação política e econômica entre as oligarquias agrárias (representantes da velha elite dominante) e a burguesia nacional (nascida da revolução burguesa) não determinou mudanças profundas nas relações de poder político do Estado nacional, a velha elite dominante, mantendo o monopólio da terra, cobrará parte da mais-valia apropriada pelo capital investido no campo, a título de renda fundiária.

Conforme Martine e Garcia (1987), o processo da modernização conservadora foi um dos principais vetores para a expansão e a aceleração do êxodo rural na economia brasileira. Este padrão de modernização conservadora do regime militar atendia aos interesses que promovia o pacote tecnológico da revolução verde, em meados da década de 60, acentuando significativamente a migração rural-urbana e a consequente concentração em cidades cada vez maiores.

Portanto, o pacote tecnológico da revolução verde foi o propulsor para a consolidação da modernização conservadora sem alterar a estrutura fundiária no Brasil. Importante destacar que de acordo com Delgado (2005), a modernização conservadora da agricultura nasceu com a derrota do movimento pela reforma agrária. Para Ramos (2007), o padrão agrícola nacional seguiu os caminhos da modernização da grande propriedade agrícola sem que houvesse fragmentação da estrutura fundiária nacional.

A questão agrária brasileira não dependia do fracionamento da grande propriedade rural, pois a concentração fundiária não era um obstáculo para a expansão da industrialização nacional, já que esta industrialização poderia acontecer em um ambiente de concentração fundiária, posto que a grande unidade de exploração agropecuária tradicional, com o advento das forças produtivas capitalistas, expandiu o produto do trabalho sem demandar maiores áreas agricultáveis, dado que estes produtores tecnificados tiveram um forte estímulo das políticas agrícolas e tecnológicas proporcionadas pelo Estado para demandarem cada vez mais os produtos das

multinacionais, produtoras de agrotóxicos, de maquinários, de fertilizantes, sementes, irrigação, enfim, o pacote da revolução verde, determinando, por conseguinte, a modernização das grandes unidades de exploração agrícola, mantendo-se a estrutura fundiária (Rangel, 2005)

Segundo Pires e Ramos (2009), o intensivo uso de insumos industriais nas unidades de exploração agropecuária expulsava da terra aqueles proprietários rurais que não conseguiam modernizar-se, lançando-os como mão-de-obra livre aos mercados de trabalho capitalistas. Assim, a força de trabalho e a terra tornaram-se abundantes no país e não criaram obstáculos ao desenvolvimento industrial, uma vez que a agropecuária exerceu suas funções no modelo de substituição de importações. Destarte, o processo de modernização conservadora da agropecuária nacional foi marcado por uma exclusão autoritária das classes sociais do acesso aos mercados de dinheiro, trabalho e terras. Constatando-se que aqueles produtores rurais que tiveram acesso ao mercado financeiro conseguiram incorporar em suas funções de produção as inovações tecnológicas desenvolvidas, pelas empresas multinacionais propulsoras destas inovações dirigidas para os setores da agricultura.

No Brasil, anteriormente ao período de implementação da revolução verde, a política agrícola executada pelos órgãos governamentais envolvidos, SUMOC⁴ e Conselho de Política Aduaneira (CPA) é marcada por seu caráter liberal. A CPA, por exemplo, apenas referendava as listas de ingredientes ativos e produtos formulados por meio de Portarias do Ministério da Agricultura para que fossem importados. Nesta época a produção brasileira limitava-se a poucos organoclorados, como o DDT (DicloroDifenilTricloroetano) e BHC (Hexaclorociclo-hexano). E assim, as políticas governamentais, ora evitava o “*dumping*”, ora combinava isenções para a importação de princípios ativos. Porém em 1975 o Governo Brasileiro criou a PNDA (Política Nacional de Defensivos Agrícolas), motivando a internalização de etapas produtivas finais de agrotóxicos, com o objetivo de reduzir as importações, fundamentalmente de formulados, reduzindo os preços e possivelmente gerando excedentes exportáveis. A internalização da produção de agrotóxicos fora feita via incentivos fiscais, esta ação fez

⁴ Superintendência da Moeda e do Crédito, criada no final do primeiro período de Vargas como Presidente da República, pelo Decreto-Lei n.º 7.293/1945, que instituiu a autoridade monetária brasileira, com a missão de preparar a organização de um banco central no país (BULHÕES, 1990).

com que várias empresas produtoras do produto se instalassem no Brasil (Futino & Salles Filho, 1991).

A partir de então, a disseminação intensiva de substâncias que se abrigam sob o termo – agrotóxicos – tornou-se cada vez mais massiva após a implementação da política de modernização da agricultura, que, a partir da década de 1970, transformou o modelo de produção agrícola, principalmente em países periféricos do capitalismo mundial, em monocultura altamente dependentes de insumos químico-industriais. O Governo Brasileiro, no ano de 1975, por meio do Plano Nacional de Desenvolvimento e Programa Nacional de Defensivos Agrícolas, adotou várias medidas de incentivos econômico, educacional, de pesquisa e de assistência técnica para que a “Revolução Verde” fosse assimilada pelo setor agrícola de forma que esse paradigma perdura até os dias atuais, sendo ainda a diretriz de muitas políticas governamentais e da destinação de recursos, por exemplo, do BNDES (Silveira & Futino, 1990).

Agrotóxicos em números

A venda de agrotóxicos, no Brasil, saltou de US\$ 2 bilhões para mais de US\$7 bilhões entre 2001 e 2008, alcançando valores recordes de US\$ 8,5 bilhões em 2011, ultrapassando a marca de um milhão de toneladas ao ano, o que equivale a um consumo médio de 5,2 kg de veneno agrícola por habitante, (Instituto Nacional do Câncer [INCA] 2015). Já considerando a indústria dos agroquímicos, esta alcançou vendas mundiais de aproximadamente US\$ 61 bilhões em 2013, um aumento de 140% em relação a 2000 (Pelaez, DaSilva, Guimarães, Dal Ri & Teodorovicz, 2015).

Observando-se a estrutura fundiária no período de 2003 a 2014, conforme tabela 1, nota-se o aumento da concentração fundiária no período. Analisando a partir do número de imóveis há um acréscimo na quantidade dos imóveis rurais de todos os tamanhos, o grande problema é em relação à área, pois os imóveis de mais de 100.000 ha, que somam apenas 365 imóveis, ou 0,006% do total dos imóveis, que em 2003, ocupava 2% da área total dos imóveis do Brasil em 2014 ele apodera-se de 19%. Representando a continuidade da política da modernização conservadora nos dias atuais.

Tabela 1. Evolução de estrutura fundiária no Brasil de 2003 a 2014								
Tamanho do imóveis	Imóveis Rurais							
	2003				2014			
	Número	%	Área	%	Número	%	Área	%
1 a 10 ha	1.409.797	33	6.638.597	2	2.208.467	36	9.713.044	1
10 a 100 ha	2.289.014	53	75.782.409	18	3.097.263	50	103.277.382	14
100 a 1000 ha	523.335	12	140.362.234	34	739.358	12	198.722.832	27
1000 a 10.000 ha	67.402	2	168.101.028	40	91.973	1	226.207.605	31
10.000 a 100.000 ha	961	0,02	19.284.741	5	2.692	0,04	63.839.244	9
Acima de 100.000 ha	22	0,001	8.314.316	2	365	0,006	138.641.532	19
Total Brasil	4.290.531	100	418.483.325	100	6.140.118	100	740.401.639	100

Fonte - INCRA

Esta situação pode ser também observada nos financiamentos públicos, conforme tabela 2, em que é mostrado quadro comparativo da destinação dos financiamentos para o agronegócio ou agricultura patronal e para a agricultura familiar ou pequena propriedade, nota-se que entre os anos de 2000 a 2016, houve um incremento na destinação dos recursos para a grande propriedade, pois se os recursos destinados para a safra 2000/2001 representavam 75,46%, para as safras 2015/2016 eles correspondem a 86,66%.

Tabela 2 – Financiamentos para o Agronegócio e Agricultura Familiar

Ano	Destinação para a agricultura empresarial – R\$ Bilhões	Destinação para a agricultura familiar – R\$ Bilhões	Percentual do volume de recursos da agricultura empresarial sobre a agricultura familiar
2000/2001	12,12	3,94	75,46
2001/2002	15,72	4,2	78,93
2002/2003	20,54	4,2	83,04
2003/2004	27,75	5,4	83,71
2004/2005	39,45	7	84,93
2005/2006	44,35	9	83,13
2006/2007	50	10	83,33
2007/2008	58	12	82,86
2008/2009	65	13	83,33
2009/2010	93	15	86,11
2010/2011	100	16	86,21
2011/2012	107,24	16	87,02
2012/2013	115,25	18	86,49
2013/2014	136,06	21	86,63
2014/2015	156,1	24,1	86,63
2015/2016	187,7	28,9	86,66

FONTE – BACEN – SAF – MDA – MAPA

BNDES e a Indústria do agrotóxico

Entre as diversas linhas operacionalizadas pelo BNDES, algumas podem ser direcionadas para o setor do agrotóxico, entre elas são destacadas pelos técnicos do BNDES: BNDES Finem, BNDES Exim, BNDES Capital Inovador e BNDES Finem Meio Ambiente. Em relação a atuação do BNDES, Silva e Costa (2012, p. 273), mencionam que o investimento produtivo por meio do BNDES Finem “poderia também contribuir para o financiamento ao capital de giro em projetos que envolvessem o tempo para aprovação de registros de novos produtos”. Para Silva e Costa (2012, p. 273) a linha de crédito BNDES Exim, por exemplo, “poderia auxiliar no esforço de exportação necessário ao equilíbrio da balança comercial na indústria”. Por intermédio da linha de financiamento destinada à inovação (BNDES Capital Inovador) seria possível atrair:

Centros de P&D de empresas internacionais, de maneira articulada com outros mecanismos existentes nas três esferas de poder público; para o desenvolvimento de formulações de produtos destinados aos climas e regiões brasileiras, produtos equivalentes, misturas de ingredientes ativos e produtos destinados a culturas de menor suporte fitossanitário (Silva & Costa, 2012, p. 273).

Através da linha voltada para projetos ao meio ambiente (BNDES Finem Meio Ambiente), seria possível “apoiar as empresas interessadas em atuar com uma estratégia integrada de prestação de serviços e fornecimento de produtos, que auxiliem e treinem os agricultores em técnicas mais modernas, seguras e sustentáveis” (Silva & Costa, 2012, p. 273).

Ainda, segundo Costa e Silva (2012) entre os anos de 2001 a 2010, a indústria de agrotóxicos foi beneficiada pelo BNDES com aproximadamente 900 milhões de reais, por meio das seguintes linhas de financiamentos – BNDES Exim, BNDES Finem, BNDES automático, BNDES Finame, Cartão BNDES, BNDES Finame *Leasing*, (Tabela 3). Este montante altera-se conforme a linha de crédito e a estratégia política do período, com variações que vão de R\$ 143.192 milhões em 2001 a R\$ 101.874 milhões em 2010.

Tabela 3 - Financiamentos do BNDES para a indústria de “defensivos”, por produto, entre 2001 e 2010 Valores em R\$ milhões.

ANO	PRODUTO						Total R\$
	BNDES Exim	BNDES Finem	BNDES Automático	BNDES Finame	Cartão BNDES	BNDES Finame Leasing	
2001		142.840	273	79			143.192
2002	50.619	50.848		15			101.482
2003	227.441			758		52	228.251
2004	24.625		962	1.174			26.762
2005	143.833	3.061	1.800	904	10		149.607
2006			610	5.838	31		6.478
2007	7.987		1.510	1.905	30		11.432
2008			57	1.082	37		1.176
2009		34.618	68.168	6.299	123		109.208
2010		86.129	12.908	2.690	146		101.874
TOTAL	454.505	317.496	86.288	20.745	377	52	879.463

FONTE: BNDES.

Em pesquisa realizada no site da transparência do BNDES foram consultadas 169 empresas de agrotóxicos no Brasil, como fabricantes, importadoras, exportadoras, prestadoras de serviços e manipuladoras. Destas, selecionou-se as 50 maiores beneficiárias com financiamentos do BNDES para análise. Embora a pesquisa seja entre os anos de 2000 a 2016, os dados apresentados só são disponibilizados a partir de 2002, (Tabela 4). Também não são cedidas informações sobre todas as linhas de financiamento, pois o Banco alega “risco potencial de violação ao direito à intimidade/privacidade de terceiros”. Na pesquisa os valores são bem maiores do que aqueles disponibilizados na tabela 3, pois contém empresas que são registradas para trabalhar com agrotóxicos, porém desenvolvem outras atividades, portanto na pesquisa não é possível identificar para qual setor da empresa o financiamento é direcionado. A título de exemplo, uma beneficiária de recursos, C. Vale Cooperativa Agroindustrial, é uma empresa com atuação em vários ramos de negócios: produção de soja, milho, trigo, mandioca, leite, frango e suínos, atuação na prestação de serviços, financiamento da produção, comercialização de insumos, peças, acessórios e revenda de máquinas agrícolas, produção de semente de soja, também dispõe de rede de supermercados. No segmento industrial, produz amido modificado de mandioca e rações, bem como

mantém um complexo integrado de avicultura, entre outros, contudo esta é outra vertente da pesquisa.

Tabela 4 – Financiamentos a empresas registradas para o comércio, importação, exportação ou fabricação de agrotóxicos no Brasil.

ANO	Valor obtido pelas 50 maiores beneficiadas em R\$	Valor obtido pelas 169 empresas beneficiadas em R\$	Percentual das 50 maiores beneficiadas sobre o total das empresas
2002	63.024.386,91	72.543.690,56	86,88
2003	140.952.893,36	149.491.615,43	94,29
2004	81.408.678,14	88.385.225,25	92,11
2005	129.293.339,48	150.806.878,79	85,73
2006	156.086.977,44	162.888.757,96	95,82
2007	354.608.513,51	390.135.410,50	90,89
2008	134.314.228,82	152.856.665,99	87,87
2009	20.222.611.775,36	20.251.413.753,74	99,86
2010	26.433.680.641,97	26.468.277.632,74	99,87
2011	2.970.238.323,63	2.993.120.696,08	99,24
2012	11.574.458.582,50	11.605.372.444,30	99,73
2013	5.388.005.097,25	5.437.512.559,66	99,09
2014	1.589.038.486,89	1.634.600.783,26	97,21
2015	1.044.678.366,55	1.048.817.198,84	99,61
2016	466.338.865,60	471.995.770,32	98,80
TOTAL	70.748.739.157,41	71.078.219.083,42	

Elaboração Própria (2017).

O Estado como empresário do setor privado

A intervenção do Estado na economia sempre foi uma constante no desenvolvimento capitalista brasileiro. Nos primórdios da formação capitalista nacional o Estado foi responsável por investir diretamente, como empresário, em setores que o capital privado nacional não tinha condições de fazê-lo por conta própria. A conciliação de políticas protecionistas do grande capital nacional e estrangeiro de financiamento direto à grande burguesia nacional e de fomento ou restrição à produção estatal de *commodities* internacionais (grãos, minério, aço e petróleo), é que podem modificar de acordo as ocorrências de inserção internacional da economia brasileira (Tavares & Miranda, 2000). No caso da produção de grãos, está diretamente associada ao aumento da utilização de agrotóxicos e, portanto, ao desenvolvimento da indústria deste “insumo”.

O BNDES, através dos fundos públicos patrocinou no período das privatizações e liberalização econômica um novo estágio do capitalismo no País,

formando grandes conglomerados privado nacional e também, o fortalecimento da presença de grandes empresas estrangeiras, que serão mantidas e incentivadas no pós-privatização. A diferença do incentivo na fase pós-privatização seria para uma política de resgate do papel do Estado por meio de uma suposta defesa de grupos nacionais, ou grandes “*players*”, fundamentalmente nos setores de mineração e siderurgia, etanol, papel e celulose, petróleo e gás, hidroelétrico e da agropecuária, que receberam juntos quase a totalidade do meio trilhão de reais desembolsado pelo BNDES, no período. A estratégia era de retomar a capacidade de “inserção competitiva” do Brasil no contexto de globalização, que fora formulada dentro do BNDES, em finais dos anos 80 e princípio dos anos 90 (Tautz, Siston, Pinto & Badin, 2003).

Foi, sobretudo a partir do ano 2000, em que começou um período de excedentes, denominado por Harvey (2004) de “novo” imperialismo, persistindo uma sobre acumulação de trabalho (crescente desemprego) e capital (dinheiro que carece de oportunidades de investimento produtivo e rentável), este *superávit* pôde ser empregado em projetos de longo prazo ou gastos sociais, deslocamentos espaciais com a abertura de novos mercados além de novas capacidades produtivas ou a combinação destes elementos. No Brasil, os financiamentos do BNDES propiciaram o impulso preciso à abertura de novos mercados com investimentos para projetos de infraestrutura, por meio dos grandes grupos econômicos nacionais na África, América do Sul e Central (DeSiqueira, 2000).

Neste período houve grandes investimentos em empresas nacionais para que elas se tornassem grandes empresas transnacionais, o aporte do BNDES foi fundamental, para operações no setor marcadas pelo apoio a estratégias de consolidação setorial e internacionalização, por exemplo, para que a Friboi adquirisse 75% do capital da Swift Armour AS Argentina, no ano de 2005. Outro destaque, foram os investimentos, via debêntures conversíveis e permutáveis, na JBS, via participação em aumento de capital, na Marfrig e na BR Foods, empresa resultante da associação da Perdigão e Sadia, no ano de 2009, além da capitalização da JBS S.A., em 2007, para aquisição da Swift & Co., terceira maior empresa de carnes dos Estados Unidos. A operação resultou na maior empresa de carne bovina do mundo. Também no ano de

2010 o investimento de R\$ 2,5 bilhões na Marfrig, por meio de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações ordinárias, visando apoiar a aquisição da Keystone nos EUA e o reforço da estrutura de capital da companhia (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social [BNDES] 2005; 2009, 2010). Confirmando, portanto o papel do BNDES no aporte às grandes corporações contribuindo para a financeirização da agricultura.

Porém, em 2016, com o processo de *impeachment* e ascensão ao poder pelo novo governo, os processos de privatizações retomaram a pauta com todo vigor e o governo anunciou desde que assumiu, segundo Giovanaz (2017), a desestatização de 91 ativos de controle estatal em um verdadeiro desmonte do patrimônio público, entregando empresas estratégicas à soberania nacional para acionistas das mais diferentes nacionalidades. A venda da Eletrobras, maior grupo do setor elétrico na América Latina, é considerada uma das mais graves do plano de privatizações. Atualmente, a União detém 63,2% das ações, e a receita líquida anual da empresa é equivalente a R\$ 60,7 bilhões. Com semelhança dos métodos aplicados no período de Governo de Fernando Henrique Cardoso, qual seja, com financiamento do BNDES para a transferência das riquezas nacionais à iniciativa privada por preços incompatíveis com o patrimônio que elas representam.

Fusões como forma de controle dos mercados da agricultura

As fusões são uma das formas de controle, dominação e poder sobre governos, a produção de alimentos, do conhecimento e da economia. A fusão entre a ChemChina, Syngenta, DuPont e Dow – se realmente concretizadas, pois estão sob apuração em muitos países –, controlarão 60 por cento do mercado global de sementes comerciais (incluindo quase 100 por cento de sementes geneticamente modificadas) e 71 por cento dos pesticidas no mundo. Esses movimentos de fusões não irão acabar, por que fazem parte do jogo para controlar em médio prazo os US\$ 400 bilhões de *todos os* insumos agrícolas comercializados. Atualmente, o valor conjunto do mercado global de sementes e pesticidas é de US\$ 97 bilhões, o restante é controlado por empresas de máquinas e fertilizantes. As quatro maiores empresas de máquinas (John Deere, CNH, AGCO, Kubota) já controlam 54 por cento do setor. Os setores de máquinas já não são mais

simples tratores, adquiriram alto grau de automação, integração de GPS e sensores agrícolas para suas máquinas, *drones* para irrigação e pulverização são empregadas sem tripulação, acumulam ainda volumosos dados de satélites sobre os solos e o clima, entre outros meios. Por sua vez, as grandes empresas, tornando-se cada vez mais "gigantes genéticos", também foram digitalizadas e controlam uma enorme base de dados genômicos das culturas, de micro-organismos de plantas quantitativos do ecossistema. Já existem entre estes setores acordos de colaboração compartilhada para a venda de dados climáticos e seguros agrícolas. A Monsanto, por exemplo, em 2012 adquiriu uma empresa líder de precisão na semeadura, de instrumentos e sistemas de monitoramento da "agricultura de precisão", de plantio irrigado, bem como na gestão de agroquímicos. Em 2013, ela comprou a *Corporação Clima* para registro e venda de dados climáticos. E assim as megafusões vão acontecendo e se instrumentalizando para a apropriação dos recursos naturais e dos meios de produção necessários para a composição de mais lucros (Ribeiro, 2017).

As aquisições das empresas por outras, convertendo-as em grupos cada vez maiores, com a utilização do discurso de se tornarem competitivas no mercado, tem um limite quando chega a um número reduzido de empresas nas cadeias produtivas, que agora ao invés de disputarem entre si, articulam-se para trabalharem juntas para o bem delas mesmas e dos seus acionistas na busca de maior lucratividade econômica. E por se tornarem muito grandes, transformam-se em grupos com amplos poderes econômicos, políticos e culturais: i. econômico, porque algumas empresas têm PIB maior do que aquele de muitos países; ii. político, porque se apropriam do aparelho do Estado; e iii. cultural por ter grande espaço na mídia de massa, de maneira a influenciar o consumo e as dinâmicas comportamentais. Para elas quanto menos conhecimento se tem a respeito da dinâmica das corporações, melhor. Assim não se elabora uma política de enfrentamento ao desconhecido, fato é que, com a formação da OMC – Organização Mundial do Comércio, em 1995, a UNCTC (*United Nations Center for Transnational Corporations*) um departamento das Nações Unidas que fazia estudo sistematizado a respeito do desenvolvimento e progresso das corporações, fora fechado (Dowbor, 2012).

Perante a dificuldade em se obter informações, é preciso estar atento para estudos demonstrados, por exemplo, pelos organismos internacionais, especialmente da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO, do Fundo Monetário internacional – FMI e do Banco Mundial em que apontaram cenários de agravamento da fome em inúmeros países e de continuidade da alta de preços dos produtos alimentício. Os relatórios da FAO (2008) e do FMI (2008), embora divergentes em determinados aspectos são convergentes na indicação de que as duas grandes causas responsáveis pelo aumento da fome no mundo são: a produção de biocombustíveis e o aumento do consumo de alimentos, especialmente nos países asiáticos. Segundo Medeiros (2014), estes estudos desviaram o foco do papel da especulação no aumento de preços, de fato a monocultura e as *commodities* colaboram com as desigualdades sociais contribuindo com a pobreza e conseqüentemente com a fome, mas há outros atores principais nesse cenário, por exemplo, as vendas antecipadas nas bolsas de mercadorias e futuros, como elemento determinante, uma vez que as demais razões passam a ser determinadas por esta forma de negócio comandadas pelas grandes corporações transnacionais que definem e coordenam toda a cadeia produtiva no processo de financeirização da agricultura, ou seja, os biocombustíveis são conseqüências e não causas da fome mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encontramo-nos em um momento crítico de um novo ciclo do capitalismo mundial com graves conseqüências para a economia mundial e nacional, a agropecuária por seu papel estratégico de abarcar vários ramos imprescindíveis para o desenvolvimento, torna-se espaço de disputa político e econômico. Neste trabalho, deduz-se que a continuidade de políticas de Estado via BNDES, em que financia o agronegócio e as empresas de agrotóxicos, contribui para o aumento das desigualdades sociais, para o avanço dos impactos negativos ao meio ambiente, à cultura e ao bem viver da maioria da população do campo e da cidade.

Portanto, a necessidade de que os movimentos sociais camponeses das diferentes tipologias como, indígenas, atingidos por barragens, sem-terra, quilombolas, pequenos agricultores familiares, agroecológicos, ribeirinhos e tantos outros, articulem-

se para o enfrentamento conjunto dos danos ocasionados pela política neoliberal neste novo contexto de mercado. É preciso unificar no que se tem em comum para uma pauta que aglutine forças e possa impedir a perda de direitos e conquistas de muitos anos de luta, de modo que alterando essa conjuntura, possa constituir-se outra agenda positivada em outros valores de solidariedade e justiça social.

Referências Bibliográficas

- Azevedo, F. A. (1982). *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Balsan, R. (2006). Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira1. *Campo-território: revista de geografia agrária*, 1(2).
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. (2005). *Relatório Anual BNDES*. Rio de Janeiro: BNDES.
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. (2009). *Quem somos*. Recuperado em: 04 janeiro, 2017, de <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/bndes/>
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. (2010). *Nossa história*. Recuperado em: 07 janeiro, 2017, de <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/nossa-historia/>.
- Carneiro, F. F., Rigotto, R. M., Augusto, L. G. D. S., Friedrich, K., & Burigo, A. C. (2015). Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.
- DeSiqueira, T. V. (2000). *Os grandes grupos brasileiros: desempenho e estratégias na primeira metade dos anos 90*.
- Delgado, G. C. (2005). A questão agrária no Brasil, 1950-2003. *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, 51-90.
- Delgado, G. C. (2012). *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século, (1965-2012)*. UFRGS Ed.
- Dowbor, L. (2012). *A rede do poder corporativo mundial*. São Paulo.
- Furtado, C. (1972). *Análise do " modelo " brasileiro* (Vol. 66). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Futino, A. M., & Salles Filho, S. (1991). A biotecnologia na agricultura brasileira: a indústria de defensivos agrícolas e o controle biológico. *Agricultura em São Paulo*, 38, 45-88.
- Giovanaz, D. (2017). *O que a Lava Jato tem a ver com a privatização do setor energético?* Recuperado em: 07 outubro, 2017, de <https://www.brasildefato.com.br/2017/10/07/o-que-a-lava-jato-tem-a-ver-com-a-privatizacao-do-setor-energetico/>.
- Harvey, D. (2004). *Novo imperialismo (O)*. Edições Loyola.
- Instituto Nacional de Câncer. (2015). *Posicionamento do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva acerca dos Agrotóxicos*. Recuperado em: 06 julho, 2017, de http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/comunicacao/posicionamento_do_inca_sobre_os_agrotoxicos_06_abr_15.pdf.
- Martine, G., & Garcia, R. C. (1987). *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés.
- Medeiros, M. C. (2014). A geografia do mercado mundial de produtos agroalimentares e o papel do Brasil. *Raega-O Espaço Geográfico em Análise*, 31, 260-279.
- Moore, B., Jr. (1967). *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Martins Fontes.
- Pelaez, V. M., DaSilva, L. R., Guimarães, T. A., Dal Ri, F., & Teodorovicz, T. (2015). A (des) coordenação de políticas para a indústria de agrotóxicos no Brasil. *Revista Brasileira de Inovação*, 14, 153-178.
- Pires, M. J. D. S., & Ramos, P. (2009). O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. *Revista econômica do Nordeste*, 40(3), 411-424.
- Ramos, P. (2007). Referencial teórico e analítico sobre a agropecuária brasileira. *Dimensões do agronegócio brasileiro—políticas, instituições e perspectivas*. Brasília: MDA, 18-52.
- Rangel, I. (2005). *Obras reunidas* (Vol. 1 e 2). Rio de Janeiro: Contraponto/BNDES.
- Ribeiro, S. (2017). *Megafusiones agrícolas: quién decidirá lo que comemos*. Recuperado em: 13 junho, 2017, de <http://www.alainet.org/es/articulo/186139>.

- Silva, M. F. D. O., & Costa, L. M. D. (2012). A indústria de defensivos agrícolas. *BNDES Setorial*, n. 35, mar. 2012, p. 233–276.
- Silveira, J. M., & Futino, A. M. (1990). O plano nacional de defensivos agrícolas e a criação da indústria brasileira de defensivos. *Boletim Técnico do Instituto de Economia Agrícola*, 37(3), 129-146.
- Tautz, C., Siston, F., Pinto, J. R. L., & Badin, L. O. (2003). O BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro: um debate necessário. *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico*, 2010, 249-86.
- Tavares, M. D. C., & Miranda, J. C. (2000). Brasil: estratégias de conglomeração. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes.
- Terra, F. H. B., & Pelaez, V. (2008). A história da indústria de agrotóxicos no Brasil: das primeiras fábricas na década de 1940 aos anos 2000. In *Simpósio de Pós-Graduação em História Econômica/IV Congresso de Pós-Graduação em História Econômica/IV Encontro de Pós-Graduação em História Econômica/II Conferência Internacional de História Econômica*.
- Welch, C. A., & Fernandes, B. M. (2008). Agricultura e Mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 161-190.